

O LEITO DE PROCUSTO: Gênero, Linguagem e as Teorias Feministas*

Claudia de Lima Costa**

Introdução

Estamos testemunhando atualmente, em vários campos acadêmicos, um debate contraditório, porém muito promissor, sobre a questão do modernismo/pós-modernismo. Alguns teóricos argumentam que o projeto iluminista moderno está desmoronando, e que partimos da confiança para um ceticismo total quanto à natureza e escopo da racionalidade humana. Fendas e rachaduras estão surgindo no que pareciam ser as paredes espessas de muitos redutos acadêmicos. Cheias de ansiedade junto com um misto de vitalidade e estímulo, pensadoras feministas movem-se de um campo de batalha para outro, tematizando incessantemente, desconstruindo e minando virtualmente as categorias epistemológicas e ontológicas mais fundamentais do Ocidente (o Sujeito, a Verdade, a Razão, etc.). Mas aqui é onde a metáfora da guerra nos deixa. Ao contrário dos cenários de campos de batalha, destroços e desolação não são a consequência última do processo de demolição das tradições. Imanente ao próprio ato de desconstrução há o

* Gostaria de agradecer a Barrie Thorne e Cheri Kramarae pelas valiosas sugestões na primeira versão em inglês desse ensaio, bem como pela contínua motivação e encorajamento ao longo dos meus anos anglófonos. Estendo também minha gratidão a Karine A. Pereira pela paciência e disponibilidade para ler seguidos rascunhos do ensaio, levantando importantes inquietações, e desvendando estranhos neologismos, tão comuns (me desculpe de antemão!) quando se vive constantemente cruzando fronteiras linguísticas. Parte deste artigo foi traduzido do inglês por Fernando Vugmann.

** Departamento de Línguas e Literatura Vernáculas, Centro de Comunicação e Expressão Universidade Federal de Santa Catarina.

Cadernos Pagu (2) 1994: pp. 141-174.

momento de reconstrução. Enquanto certas formas de pensamento se partem, de seus resíduos surge a possibilidade de novos modos de pensamento. Conforme o argumento de Jane Flax¹, a teoria feminista representa uma dessas novas visões na presente conjuntura histórica.

A mudança de perspectiva dos pontos de vista dos homens para os das mulheres alterou radicalmente a matriz intelectual e cultural que dá forma à auto-compreensão das mulheres. Isto vem ocorrendo através da desconstrução de, entre outras coisas, duas das mais resilientes categorias dicotômicas do pensamento Ocidental: objetivismo e subjetivismo; masculino e feminino.

A partir das críticas feministas ao objetivismo, novos desenvolvimentos na epistemologia estão se tornando possíveis. Da crítica à polaridade masculino/feminino estão florescendo outros e mais profundos *insights* sobre como as relações de gênero são criadas, experimentadas e mantidas. Ademais, as críticas ao objetivismo e à oposição entre os gêneros como diferença sócio-hierárquica não se dão separadamente. A postura objetivista em relação ao conhecimento tem historicamente sido a postura masculina. Assim, um repensar radical destes dualismos culturalmente incrustados constitui um primeiro passo necessário na tentativa de sobrepujar qualquer forma de opressão e dominação.

Nesse ensaio irei focar a polaridade do gênero. Pode-se dizer que o projeto fundamental dos estudos feministas consiste em questionar o 'subtexto de gênero' de nossa teorização social (incluindo a teorização crítica), bem como das nossas instituições sociais. Muitas feministas² revelaram, por exemplo, como as

¹ Jane Flax, "Postmodernism and gender relations in feminist theory", IN *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 12(4), (1987), pp.621-43.

² Ver contribuições em Lydia Sargent, *Women and Revolution* (Boston: South End Press), (1981); Elizabeth Langland & Walter Gove (orgs), *A Feminist Perspective in the Academy* (Chicago: The

nossas categorias sociais (ex., uma esfera pública *versus* uma esfera privada, íntima; um domínio da produção *versus* um domínio da reprodução), nossas identidades sociais (ex., cidadãos, trabalhadores, consumidores e clientes), e mesmo nossos conceitos teóricos dominantes (ex., racionalidade) são essencialmente de 'gênero' (com componentes, igualmente essenciais, de raça, de classe, de orientação sexual, e de nação, entre outros).³

Menos grandioso em sua orientação, porém, esse ensaio terá um menor - senão modesto - enfoque: tentarei des-velar o subtexto de gênero de boa parte da tradição da pesquisa no campo da linguagem e gênero. Neste processo, mostrarei como as mudanças que estão ocorrendo nas conceitualizações do gênero (de gênero como variável binária arbitrária, passando por gênero como relacional e contextual, para gênero no pós-estruturalismo) vêm influenciando de maneiras distintas e significativas os paradigmas para a interpretação tanto das práticas sociais quanto dos discursos culturais. Concluirei discutindo algumas implicações da análise precedente, não somente para as pesquisas nas ciências sociais, mas também para os estudos feministas, alertando quanto às vicissitudes dicotômicas que, de maneira insidiosa, e até a despeito de nós mesmas, têm orientado nossas indagações ontológicas e

University of Chicago Press), (1981); Evelyn Fox Keller, *Reflections on Gender and Science* (New Haven: Yale University Press), (1985); Sandra Harding, *The Science Question in Feminism* (Ithaca: Cornell University Press), (1986); Donna Haraway, "A Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s", IN Elizabeth Weed (org.), *Coming to Terms: Feminism, Theory, Politics*, (New York: Routledge), (1989), pp.173-204; Micaela di Leonardo (org.), *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era* (Berkeley: University of California Press), (1991); Cheris Kramarae & Dale Spender (orgs.), *Knowledge Explosion: Generations of Feminist Scholarship* (New York: Teachers College, Columbia University Press), (1992); e Albertina O. Costa & Cristina Bruschini (orgs), *Uma Questão de Gênero* (Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos), (1992).

³ As contribuições em Cherríe Moraga & Gloria Anzaldúa (orgs), *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* (New York: Kitchen Table/Women of Color Press), (1983), discorrem sobre essa complexa imbricação dos múltiplos determinantes da identidade, ou seja, falam de maneira ressonante da simultaneidade de opressões.

epistemológicas e, mais que uma vez, nos levado ao leito de Procusto. De acordo com Lana Rakow, "pressuposições não examinadas sobre gênero podem produzir uma pesquisa trivial, insustentável, politicamente inconseqüente ou danosa para as mulheres".⁴

Gênero como uma Variável Binária

Em seu período inicial, muitos dos estudos sobre diferenças sexuais na linguagem usavam o gênero do interlocutor como uma variável binária não-problemática (homem/mulher) contida dentro do indivíduo. Dada esta visão teórica sobre o gênero, e dentro da tradição positivista, os pesquisadores frequentemente buscavam correlações estatísticas entre o gênero do interlocutor (em muitos casos entendido como o sexo biológico dele ou dela, ou como categorias dicotômicas de gênero) e determinadas características lingüísticas com a finalidade de isolar aquelas dimensões da fala que diferenciam a linguagem dos homens e das mulheres.

Kay Deaux, ao analisar a tradição da pesquisa sobre diferenças sexuais, lembra que as diferenças que foram encontradas nos comportamentos social e cognitivo de homens e mulheres não apresentaram significância estatística. De acordo com essa autora,

"diferenças atribuídas ao sexo do sujeito são menos numerosas do que muitos acreditavam. Efeitos importantes do sexo são freqüentemente qualificados pelas interações situacionais. [...] Além disso, a quantidade de variância por conta do sexo, mesmo quando os efeitos são confiáveis, é tipicamente bastante

⁴ Lana Rakow , "Rethinking gender research in communication", *IN Journal of Communication* (36), (1986), pp.19-20.

*pequena. Assim, quando qualquer comportamento particular é considerado, as diferenças entre homens e mulheres podem ser de consequência relativamente pequena".*⁵

A falta de evidência consistente para as hipóteses sobre as diferenças entre o discurso de homens e mulheres motivou alguns pesquisadores a se afastarem das conceitualizações estáticas e dicotômicas de gênero em direção à "descrições complexas das relações entre os interlocutores - sensível ao gênero no contexto do cenário, dos papéis e de outras identidades sociais como idade, classe ou etnicidade".⁶ Por exemplo, descobriu-se que contexto, status, poder, papel, estereótipos e tema de conversa, dentre outros fatores e categorias de identidade social, são mais importantes do que o gênero do interlocutor na produção de diferenças na fala.⁷ Esta última evidência nos diz que, desde o princípio, a busca de diferenças sexuais na linguagem (bem como em outras áreas do comportamento) tem sido tanto um beco teórico sem saída quanto um erro político.

Por exemplo, Toril Moi, seguindo uma análise desconstrutivista, derridiana, da diferença ("différance"), escreve que na procura pela diferença como o hiato entre as duas partes de uma oposição binária, começa-se pela postulação da masculinidade e feminilidade como "essências estáveis, imutáveis, como presenças significativas entre as quais a

⁵ Kay Deaux , "From individual differences to social categories: analysis of a decade's research on gender", **IN** *American Psychologist* (39), (1984), p.108.

⁶ Barrie Thorne , "Gender and social groupings", **IN** Laurel Richardson & Vera Taylor (orgs), *Feminist Frontiers: Rethinking Sex, Gender and Society* (New York: Addison-Wesley), (1983), p.15.

⁷ Podemos dizer que status, poder, papel, e estereótipos também formam parte do gênero. Isto é, não podemos, de maneira simplista, separar esses determinantes da identidade e expô-los nas prateleiras devidamente rotuladas dos laboratórios de ciências sociais (retomarei esse ponto mais adiante).

diferença esquiva supostamente se encontra".⁸ Ao explicar o campo de investigação em termos de dicotomias rígidas, ao invés de complexidades e/ou contradições, os pesquisadores vêm manchando a rica tapeçaria de significados que o gênero carrega e adquire no dia-a-dia das interações. Ainda mais, o ambiente despojador de contexto da maioria dos estudos de laboratório (principalmente no que tange aos estudos da linguagem) reduz o gênero a uma ferramenta de análise de duas categorias imutáveis. Essa prática metodológica - ou hábito de pensamento - é ao que Richard Connell se refere como 'categorização' ("categoricalism"):

*"Em boa parte desta teorização as categorias 'mulheres' e 'homens' são vistas como já dadas, não necessitando portanto nenhum exame mais detalhado ou diferenciação mais fina. A teoria...não se preocupa com como elas se tornaram o que são".*⁹

Exemplos de 'categorização' podem ser encontrados em muitos trabalhos sociolinguísticos onde, conforme Cheri Kramarae espirituosamente coloca, gênero, considerado uma variável pré-lingüística e possuidora de corpo, "adentra um estudo sociolinguístico e depois o abandona, inalterado, para adentrar o estudo sociolinguístico de algum outro, noutro cenário".¹⁰

Resumindo, o enfoque um tanto obsessivo dos pesquisadores sobre diferenças sexuais, acrescido de uma confiança teórica numa conceitualização estática e dualista de

⁸ Toril Moi, *Sexual/Textual Politics* (New York: Methuen), (1985), p.154.

⁹ Richard Connell, "Theorizing gender", *IN Sociology* (19), (1985), p.264.

¹⁰ Cheri Kramarae, "A feminist critique of sociolinguistics", *IN Journal of the Atlantic Provinces Linguistic Association* (8), (1986), p.9.

gênero (que, por sua vez, está profundamente incrustada numa mistura de pressuposições biológicas e culturais sobre categorias sexuais), impediu-os de enxergar aqueles mecanismos sociais e estruturais que ao mesmo tempo impõem e abalam divisões e limites entre homens e mulheres. O fracasso em descobrir evidência empírica consistente para diferenças sexuais na fala de homens e mulheres, aliado a um desenvolvimento maior nas teorias feministas, abriu novos caminhos conceituais para se pensar sobre o gênero. Na parte que se segue irei revisar algumas das tradições de pesquisa associadas com o gênero conceitualizado, respectivamente, como papéis dicotomizados, como uma variável psicológica, como sistemas culturais e como relacional.

Gênero como Papéis Dicotomizados

Alguns teóricos, ao invés de compreenderem o homem e a mulher como opostos dicotomizados ou como atributos individuais, preferiram enfatizar o caráter social do gênero, conceitualizando-o, assim, como 'papéis' que os indivíduos assumem na sociedade.

De acordo com Carrigan et al., o paradigma dos papéis tem sido usado para analisar as diferenças entre as posições sociais das mulheres e dos homens e para explicar como ambos são moldados para tais posições.¹¹ Esse marco teórico, em termos gerais, sustenta que através da socialização, homens e mulheres aprendem e internalizam identidades específicas pelo desempenho de determinados papéis. Desse modo, masculino e feminino são aprendidos através da representação de papéis masculinos ou femininos exatamente da mesma maneira como um ator ou atriz aprende suas falas pela leitura e memorização de

¹¹ T. Carrigan, R. Connell, & J. Lee, "Toward a new sociology of masculinity", *IN Theory and Society* (5), (1985), pp.551-603.

um roteiro. Além disso, a sociedade recompensa aqueles que se conformam aos papéis a si designados e pune aqueles que se desviam das regras que, por sua vez, são deduzidas a partir de exigências estruturais da ordem social.

Embora essa abordagem do gênero represente um avanço em relação ao paradigma da diferença sexual - já que analisa o gênero quanto a papéis institucionais e sociais específicos e não como uma característica intrínseca à biologia dos indivíduos - ela contém, não obstante, pressuposições questionáveis e falhas graves.

A primeira fraqueza desta abordagem, conforme apontado por Barrie Thorne, diz respeito ao fato de que a terminologia dos papéis não é de muito auxílio na compreensão do gênero. Ser um homem ou uma mulher não equivale a ser um professor ou uma secretária.

*A terminologia dos papéis sexuais obscurece a questão sobre o efeito do gênero sobre papéis mais específicos - sobre normas, avaliações e comportamento real. Por exemplo, professoras geralmente recebem menos credibilidade, prestígio e pagamento do que professores.*¹²

Aqui, como podemos observar, a metáfora de papéis infiltra percepções e termina por equacionar o papel feminino com papéis mais específicos de mãe e esposa. A conexão entre gênero e poder fica, portanto, fora da análise. Além do mais, como também foi apontado por Thorne, muitas vezes não está claro a que o 'papel masculino' ou o 'papel feminino' se referem. Em alguns casos são usados para referir-se a um ideal normativo de comportamento; em outros casos, referem-se a estereótipos de papéis do homem ou da mulher.

¹² Barrie Thorne, op. cit., p.65.

Uma segunda crítica aponta para o fato de que a teoria dos papéis não fornece um relato adequado da mudança social. Os teóricos dos papéis vêem a mudança como algo que acontece para os papéis de cada gênero (ex., uma inovação tecnológica pode requerer uma mudança nos padrões dos papéis de cada gênero), não como algo que surge dentro das relações entre os gêneros em consequência da interação dialética entre a prática social e a estrutura social.¹³

Finalmente, o marco dos papéis não levanta questões de poder e desigualdade. A ideologia dos papéis masculinos e femininos obscurece as práticas material e social opressivas que sustentam distinções rígidas entre homens e mulheres. Ao enfatizar dualismos, essa teoria desvia a atenção da complexidade das relações sociais. O gênero é melhor entendido em termos políticos e sociais e com referência a formas locais e específicas de relações e desigualdades sociais. O que a abordagem dos papéis oferece, em última instância, é "uma visão abstrata das diferenças entre os sexos e suas situações, não uma visão concreta das relações entre ambos".¹⁴

A despeito dessas críticas, há algumas ocasiões em que uma análise dos papéis pode ser teoricamente útil. Por exemplo, Kathy Ferguson demonstrou como as burocracias, ao determinarem posições e papéis específicos para homens e mulheres, também estruturam a maneira como eles falam.¹⁵ Neste caso, uma análise dos papéis poderia fornecer um relato detalhado da relação entre papel institucional e uso da linguagem. Para aquelas interações que ocorrem fora das estruturas burocráticas, porém, o modelo dos papéis é de pouca ajuda e tende, como vimos, a reforçar mitos perniciosos sobre

¹³ T. Carrigan et al., op.cit.

¹⁴ T. Carrigan et al., op. cit., p.580.

¹⁵ Kathy Ferguson, *The Feminist Case Against Bureaucracy*, (Philadelphia: Temple University Press), (1984).

masculino e feminino ao nível do senso-comum que contribuem para justificar a opressão e a dominação de um grupo sobre o outro.

Gênero como uma Variável Psicológica

Não satisfeitos com explicações de gênero e linguagem baseados em características individuais ou em papéis aprendidos, outros teóricos optaram por conceitualizar gênero como uma orientação ou força da personalidade.¹⁶

Na busca de uma conceitualização de gênero que se desse mais num *continuum* do que numa dicotomia, investigadores (a maioria proveniente da psicologia) desenvolveram um instrumento onde as diferenças entre masculinidade e feminilidade constituiriam mais uma questão de grau do que de oposição. Nesse instrumento, os coeficientes de alta masculinidade-alta feminilidade encontram-se nos extremos da escala, com a androginia representando uma combinação de pontuações elevadas tanto na masculinidade quanto na feminilidade. Assim, uma pessoa andrógina exibiria traços masculinos e femininos. Conforme Deaux,

"não apenas a androginia deveria ser um enfoque conceitual particular, ela também seria proclamada como um valor. Assim, era bom e sábio e liberal ser um andrógino, e era proposto que a saúde mental fosse sinônimo de pontuações andróginas. A androginia logo se tornou uma palavra código para uma sociedade igualitária e livre de gênero, e disciplinas advogavam

¹⁶ Sandra Bem , "Gender schema theory: a cognitive account of sex-typing", *IN Psychological Review* (88), (1981), pp.354-64; K. Warfel , "Gender schema and perceptions of speech style", *IN Communication Monographs* (51), (1984), pp.255-67; E. P. Jose, F. Crosby, & W.S. Wong-McCarthy , "Androgyny, dyadic compatibility and conversational behavior", *IN H. Giles, W.P. Robinson, & P.M. Smith (orgs), Language: Social and Psychological Perspectives* (New York: Pergamon Press), (1980), pp.115-19.

terapia andrógina, currículos andróginos para escolas infantis e critérios andróginos para posições profissionais".¹⁷

De acordo com a definição sarcástica de Mary Daly, o andrógino passou a significar algo como "John Travolta e Farrah Fawcett-Majors grudados com fita adesiva Scotch"¹⁸, e a androginia a expressar "pseudo-integridade em sua combinação de descrições distorcidas de gênero".¹⁹

Apesar da popularidade da androginia, o exame cuidadoso da validade do constructo da escala não era capaz de determinar o que exatamente estava sendo mensurado, nem o que significava. Desde então, um número crescente de autores vem questionando a validade conceitual e política da androginia e têm oferecido inúmeras críticas.²⁰ Outros pesquisadores²¹ alegaram que a escala de androginia faz do comportamento uma qualidade de gênero (auto-referente) de acordo com um modelo dualista rígido de masculinidade-feminilidade que, por sua vez, está grandemente enraizado em expectativas estereotipadas do masculino e do feminino. Finalmente, há os que argumentaram que a dimensão da masculinidade da escala media instrumentalidade, e a da feminilidade media expressividade!²²

¹⁷ Kay Deaux, op. cit., p.109.

¹⁸ Mary Daly, *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism* (Boston: Beacon Press), (1978), p.xi.

¹⁹ Mary Daly, op. cit., p.387.

²⁰ Bernice Lott, "A feminist critique of androgyny: toward the elimination of gender attributions for learned behavior", IN C. Mayo & N. Henley (orgs), *Gender and Nonverbal Behavior*, (New York: Springer-Verlag), (1981), pp.171-80.

²¹ Citados em Lott, op. cit.

²² J.T. Spence & R.L. Helmreich, "Sex markers in speech", IN K. R. Scherer & H. Giles (orgs), *Social Markers in Speech*, (New York: Cambridge University Press), (1978), pp.109-46.

Por outro lado, conforme posto por Lott, apesar do fato de que a meninos e meninas, a homens e mulheres são ensinados diferentes padrões de comportamento, rotular um conjunto como sendo masculino e outro como feminino "é obscurecer a plasticidade dos comportamentos e embrutecer nossa apreciação da sua capacidade de ensinar e de se modificar".²³ Desse modo, ao invés de categorizar pessoas por meio de rótulos e perpetuar falsas pressuposições, Lott propõe que se identifique o comportamento em relação a antecedentes aprendidos, assim como a determinantes situacionais.

Mais recentemente (a partir dos anos 80), uma nova técnica de análise estatística - a meta-análise - que, através de uma revisão quantitativa de resultados de pesquisa acumulados ao longo dos anos nas áreas de gênero, cognição, e comportamento, revelou que as diferenças encontradas (principalmente em habilidades cognitivas) eram tão pequenas que não mereciam maior atenção. No que diz respeito ao comportamento (ex., agressividade *versus* solidariedade), as supostas diferenças de gênero, quando foram encontradas, dependiam, em grande parte, tanto do tipo de constructo usado, quanto do contexto do estudo. Como Janet Hyde argumenta, "a meta-análise demonstra, no curso de duas décadas, uma tendência do declínio da magnitude das diferenças de gênero".²⁴

Como se pode ver, o gênero, definido como uma força ou orientação psicológica, continuou fundamentando noções tradicionais de masculinidade e feminilidade e terminou por reificar ainda mais esta mesma distinção a que se propunha dissolver. Ainda mais, quando o situamos no âmago de nossas psiques (como uma "força" ou "orientação" que seria em grande parte "causa" explanatória do desejo e do comportamento), excluímos imediatamente quaisquer considerações sobre a

²³ Bernice Lott, op. cit., p.172.

²⁴ Janet Hyde, "Meta-analysis and the psychology of gender differences", *IN Signs*, 16(1), (1990), pp.55-73.

dimensão política de sua constituição: o gênero como efeito de práticas discursivas (retomarei mais adiante esse ponto).

Finalmente, conforme Michelle Rosaldo já nos havia alertado, teorizar hierarquias sexuais em termos funcionais ou psicológicos, ou mesmo como um reflexo de limitações biológicas, minimiza considerações sociológicas que buscam explicar como diferenças de gênero são criadas e mantidas pelas próprias relações de gênero (isto é, pela interseção entre gênero e poder).²⁵ O gênero, então, deslocado das profundezas opacas do indivíduo (sua matriz cognitiva), passa a ocupar os interstícios das estruturas sociais, sendo visto como um efeito no campo de forças que caracteriza o tecido social.

Gênero como Sistemas Culturais

Profundamente influenciada pelo feminismo culturalista (cultural feminism) e pelo discurso sobre a diferença, esse marco teórico vê o gênero como dois sistemas incomensuráveis. Para as culturalistas²⁶, as experiências da mulher como aquelas que cuidam, alimentam e pacificam, permitiu-lhes criar uma cultura diferente e articular diferentes epistemologias, como também valores culturais e estéticos alternativos. A diferença se torna, então, um conceito-chave para significar que as mulheres tem uma voz, psicologia, e experiências de amor diferentes. Essa 'contra-cultura', fundada no mundo de cooperação, participação e sensibilidade da mulher quanto às necessidades dos outros influencia, por sua vez, o estilo do seu discurso ao fazê-lo mais pessoal, relacional e ligado ao contexto do que a linguagem do homem.

²⁵ Michelle Rosaldo, "The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding", IN *Signs* (5), (1980), pp.389-417.

²⁶ Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering*, (Berkeley: University of California Press), (1978); Carol Gilligan, *In a Different Voice*, (Cambridge: Harvard University Press), (1982); Sarah Ruddick, "Maternal Thinking", IN Barrie Thorne & Marilyn Yalom (orgs), *Rethinking the Family: Some Feminist Questions*, (New York: Longman), (1982), pp.76-94.

O argumento mais forte para se enxergar o discurso da mulher como uma subcultura sociolinguística distinta daquela dos homens foi colocado por Maltz & Borker.²⁷ De acordo com esses autores, homens e mulheres vêm de diferentes subculturas sociolinguísticas - baseado em uma extensa separação nas redes de meninas e meninos na infância - em que aprenderam diferentes regras para interação, diferentes modos de discurso (a despeito do acesso ao mesmo sistema de linguagem geral), e diferentes direitos e deveres de falar e ouvir; quando tentam se comunicar uns com os outros (mesmo em termos iguais), geralmente não são bem sucedidos. Ademais, sociolinguistas e antropólogos²⁸ que concebem o gênero seguindo um modelo de sistemas culturais, alegam que o fato do discurso das mulheres ter sido caracterizado como ausente de poder, ineficaz e incerto, somente revela as maneiras pelas quais os grupos dominantes (homens) distorceram e silenciaram as expressões de um modelo alternativo das mulheres para o mundo.²⁹

²⁷ D. Maltz & R. Borker , "A cultural approach to male-female miscommunication", IN J.J. Gumperz (org), *Language and Social identity*, (Cambridge: Cambridge University Press), (1982), pp.196-216.

²⁸ Veja contribuições em Shirley Ardener (org), *Perceiving Women*, (London: Malaby Press), (1975).

²⁹ A idéia de subculturas distintas de homens e de mulheres é evidenciada pelos trabalhos de Susan Harding , "Women and words in a Spanish village", IN Rayna Reiter (org), *Towards and Anthropology of Women*, (New York: Monthly Review Press), (1975), pp.193-98; e Deborah Jones , "Gossip: notes on women's oral culture", IN Cheri Kramarae (org), *The Voice and Words of Women and Men* (New York: Pergamon Press), (1980), pp.193-98, sobre a fofoca como uma habilidade verbal que as mulheres desenvolvem para desafiar o poder dos homens e para transmitir seus valores e preocupações; de E. M. Bruner & J. P. Kelso , "Gender differences in graffiti: a semiotic perspective", IN C. Kramarae, op. cit., sobre grafites dos homens e das mulheres como universos separados de discurso; e de C. Jenkins e C. Kramer , "Small group processes: learning from women", IN *Women's Studies International Quarterly* (1), (1978), pp.67-84, sobre o processo de despertar da consciência das mulheres como uma forma única de interação em grupo pequeno que incorpora as idéias e ideais dos movimentos das mulheres.

Conforme iremos ver, apesar de seus apelos óbvios, esse paradigma está repleto de problemas ao nível da prática e da teoria. Primeiro, embora haja fatores econômicos, políticos, históricos e ideológicos bastante reais e concretos que contribuem para manter as mulheres como uma subcultura lingüística separada (ex., o acesso desigual aos recursos por parte das mulheres; separação ocupacional e social entre homens e mulheres; a segregação das mulheres e de sua linguagem por instituições como o estado e os meios de comunicação de massa; e a existência de estereótipos negativos disseminados concernentes ao discurso das mulheres), o discurso sobre 'mundos separados' põe demasiada ênfase na diferença, negligenciando as importantes semelhanças entre os seres humanos.

Em segundo lugar, essa perspectiva pressupõe que só existe uma 'voz ou cultura feminina' homogênea. Como o gênero em nossa cultura geralmente se imbrica com outras categorias de estratificação (ex., classe, raça, etnicidade, idade), bem como com dimensões que se encontram dentro do campo das relações de gênero (e.g., homossexuais, heterossexuais, transsexuais, bissexuais, etc.), somente nos é possível falar de uma multiplicidade e diversidade de 'vozes femininas'. Ainda por esse lado, se tal diversidade representa uma força e riqueza, também reflete a desigualdade entre as mulheres (algumas vozes - brancas, classe média - soarão mais altas do que outras - negras, classes trabalhadoras).³⁰ A esse respeito, Barrie Thorne observa que a abordagem de 'mundos separados'

"comprime uma enorme complexidade numa série de contrastes...[e] exagera a coerência da interação do mesmo gênero, encobrindo extensa variação dentre meninos e meninas".³¹

³⁰ Linda Gordon, "What's new in women's history?", IN Tereza de Lauretis (org), *Feminist Studies/Critical Studies*, (Bloomington: Indiana University Press), (1986), pp.20-30.

Finalmente, a visão de gênero como sistemas culturais tende a idealizar o mundo das mulheres a ponto de romantizar a opressão. Embora a celebração de uma cultura das mulheres possa trazer alguns resultados positivos (ex., elevar a consciência das mulheres), deve-se perceber, com Gordon (1986), que "a própria noção de diferença pode agir para obscurecer a dominação, para implicar numa assimetria neutra".³² Conforme Paula Treichler and Cheri Kramarae já observaram, entre as mulheres e os homens não há apenas o problema da incomensurabilidade cultural (se acreditamos nela), mas o problema da dominação:

*"A interação acontece não somente entre dois indivíduos, mas dentro de uma rede de percepções, expectativas e 'direitos', e sempre dentro de um contexto maior de estruturas institucionais que, elas próprias, exercem uma poderosa influência sobre padrões de interação".*³³

Assim, a celebração da diferença, através do reforço de dualidades e contrastes (ex., instrumental/expressivo; competitivo/cooperativo) falha em desafiar e transformar aquelas práticas institucionais que construíram o gênero como diferença hierárquica (gênero para a mulher sendo experimentado como desigualdade, opressão, e inferioridade internalizada).³⁴ Nelly Furman sustenta que pensar em termos de oposições binárias

³¹ Barrie Thorne, "Children and gender: constructions of difference", Mimeo, (1987). Conference on Theoretical Perspectives on Sexual Difference, Stanford University, California, Fevereiro 19-21.

³² Linda Gordon, op. cit., p.26.

³³ Paula Treichler & Cheri Kramarae, "Women's talk in the Ivory Tower", *IN Communication Quarterly*, 31(2), (1983), p. 120.

³⁴ Ver, por exemplo, a análise de Michelle Barret, *Women's Oppression*, (London: Verso), (1980).

sempre implica na subordinação do segundo elemento ao primeiro (ex., do feminino ao masculino). Inverter a ordem dos termos "somente repete o sistema que funcionava na posição inicial".³⁵

Desde o prisma de uma política feminista, o "elogio da diferença" corre o risco de resultar em uma faca de dois gumes: a diferença pode ser utilizada como justificação ideológica para práticas institucionais discriminatórias (para manter as mulheres "nos seus devidos lugares - ou pior - retorná-las a eles). Para Toril Moi, dado que os homens geralmente retêm maior poder na sociedade, o discurso da diferença poderia (e seria) empregado para provar que certas atividades pouco agradáveis são mais condizentes com a natureza feminina que com a masculina.³⁶

Apesar das semelhanças entre os gêneros terem excedido as diferenças (como reportado por diversas pesquisas)³⁷, por outro lado, se poderia argumentar que o discurso da diferença apresenta certa utilidade estratégica. As feministas francesas (Hélène Cixous, Monique Wittig, por exemplo), com a "l'écriture féminine" mostraram que é possível subverter esquemas textuais binários e lógicas lineares através de uma multiplicidade heterogênea de diferenças. Adrienne Rich, desde o cenário anglófono, alega que a defesa da não-diferença constitui um erro político grave, pois resignifica e reifica a categoria "humano" como equivalente a masculino, tornando a mulher novamente invisível.³⁸

³⁵ Nelly Furman, "The politics of language: Beyond the gender principle?", IN Gayle Greene & Coppelina Kahn (orgs), *Making a Difference: Feminist Literary Criticism*, (New York: Methuen), (1985), pp.59-79.

³⁶ Toril Moi, op. cit.

³⁷ B. Wallston & K. Grady, "Integrating the feminist critique on the crisis in social psychology: another look at research methods", IN V. O'Leary, R. Unger, & B. S. Wallston (orgs), *Women: Gender and Social Psychology*, (Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates), (1985), pp.7-33; Kay Deaux, op. cit.; e E. Mccoby & C. Jacklin, *The Psychology of Sex Differences*, (Stanford: Stanford University Press), (1974).

Conforme em breve iremos ver, uma posição alternativa (e que nos tiraria desse impasse teórico-político) seria abandonar a estrutura binária na qual o gênero tem sido inscrito e desenvolver uma compreensão da diferença e da continuidade, assim como das contradições e complexidades na experiência social. Como Evelyn Keller expressa, "o reconhecimento da diferença representa uma oportunidade para uma afinidade mais profunda e articulada".³⁹ Em última instância, poderíamos dizer que a importância dessa controvérsia reside no fato de que nos obriga a debater questões como dominação, opressão, e estratégias de resistência as quais, em troca, irão contribuir para o fortalecimento de teorias e práticas feministas.

Gênero como Relacional

Esse quarto paradigma é, sem dúvida, o mais frutífero para o estudo, não só da linguagem e gênero, mas das interações sociais como um todo. Seu ponto de partida não é o indivíduo e nem seus papéis, mas o sistema social de relacionamentos dentro do qual os interlocutores se situam. Uma abordagem do gênero baseada na prática (uma estratégia analítica que examina, por exemplo, como o trabalho, poder e práticas sexuais estruturam as relações de gênero) nos permite três coisas simultaneamente: Primeiro, podemos desenvolver uma concepção dinâmica de masculinidades e feminilidades como estruturas de relações sociais cujos significados são dados pelo "sistema de sexo/gênero"⁴⁰ da formação social em questão. Um sistema de sexo/gênero, por sua vez, refere-se à

³⁸ Adrienne Rich, *On Lies, Secrets, and Silence: Selected Prose, 1966-1978*, (New York: W.W. Norton & Co.), (1979).

³⁹ Evelyn Fox Keller, op. cit.

"constituição simbólica, histórico-social das diferenças anatômicas dos sexos. O sistema de sexo/gênero forma uma rede através da qual o 'self' desenvolve uma identidade corpórea, um certo modo de ser num corpo e de viver o corpo".⁴¹

Conforme é apontado por Rakow, este tipo de análise evita explicações universais de gênero para focalizar (a) a relação dos indivíduos com os meios de produção e reprodução; (b) suas experiências particulares de gênero em conjunturas sociais e períodos históricos específicos; e (c) as representações ideológicas de gênero no discurso público.⁴²

Segundo, ao focar a dinâmica dos contextos sociais e as configurações particulares de arranjos de gênero, tal conceitualização nos permite conceber uma pluralidade de masculinidades e feminilidades em oposição a uma visão de homens e mulheres como dois blocos homogêneos e indiferenciados entre si. A sedução e a (im)possibilidade desse ideário é capturada, de forma ressonante e poética, por Derrida no seguinte excerto de uma entrevista:

"E se alcançássemos, e se nos aproximássemos aqui (...) da área de uma relação com o outro onde o código de sinais sexuais não mais fosse discriminatório? A relação não seria assexual, longe disso, mas seria sexual de outra maneira: além da diferença binária que governa o decoro de todos os códigos, além da oposição feminino/masculino, além, também, da bissexualidade, além da homossexualidade e heterossexualidade (...).

⁴⁰ Gayle Rubin, "The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex", IN Rayna Reiter (org), (1975), op. cit.

⁴¹ Seyla Benhabib, "The generalized and the concrete other", IN Seyla Benhabib & Drucilla Cornell (orgs), *Feminism as Critique*, (Minneapolis: University of Minnesota Press), (1987), pp.77-95.

⁴² Lana Rakow, op. cit.

Enquanto sonho aproveitar a chance que esta questão oferece, eu gostaria de acreditar na multiplicidade de vozes sexualmente assinaladas. Eu gostaria de acreditar nas massas, esse número indeterminável de vozes marcadas, esse móbil de sinais não-sexuais cuja coreografia pode carregar, dividir, multiplicar o corpo de cada 'indivíduo', seja ele classificado como 'homem' ou 'mulher' de acordo com os critérios em uso. Mas de onde viria o 'sonho' do inumerável, se é que é mesmo um sonho? Será que o próprio sonho não prova que o que foi sonhado deve estar lá, para propiciar o sonho?"⁴³

Terceiro, e finalmente, abordar o gênero da perspectiva das práticas semântico-materiais e das experiências sociais do cotidiano dos indivíduos, bem como através da análise das interações entre sujeitos e contextos, permite-nos entender como gêneros são forjados e incrustados em uma economia semiótica da diferença sexual. De acordo com o argumento de Thorne⁴⁴, ao analisarmos a dinâmica das relações sociais somos também capazes de compreender melhor como as diferenças de gênero são construídas ou minadas, dependendo das articulações entre os múltiplos vértices da identidade no campo das práticas diárias.⁴⁵

⁴³ Jacques Derrida, "Choreographies: Interview with Christie McDonald", IN *Diacritics*, 12(2), (1982), pp.66-76.

⁴⁴ Barrie Thorn, op. cit.

⁴⁵ Por exemplo, Marjorie Goodwin, *He-said-She-said: Talk as Social Organization Among Black Children*, (Bloomington: Indiana University Press), (1990), estudando as interações entre um grupo de crianças e jovens (de 9 a 14 anos) afro-americanos de um bairro operário em Filadélfia, nos mostra com riqueza etnográfica a importância do contexto na organização das relações de gênero. Enquanto engajados na fabricação de estilingues, os meninos emitiam ordens a seus companheiros ("me passe x", "me dê y"), o que impunha uma separação hierárquica entre os interlocutores. Por outro lado, meninas fazendo anéis de gargalos de garrafas interagem com as amigas através de convites ("vamos fazer x"), o que aproximava mais os interlocutores. No entanto, e curiosamente, quando as meninas brincavam de "casa", utilizavam formas de linguagem que hierarquizavam a interação. Esse estudo, portanto, não estabelece uma dicotomia simplista entre

Em resumo, a reelaboração do gênero como contextual, relacional, e efeito de certas estratégias, abriu novas avenidas para o estudo da linguagem. Os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais compreensíveis somente no contexto da interação social. De fato, essa abordagem oferece uma visão integrada de linguagem e gênero, conquanto ambos deixam de ser concebidos como sistemas monolíticos, para serem apreendidos como configurações complexas, múltiplas e heterogêneas. Afinal, como afirma Judith Butler, "o que uma pessoa é, e até o que o gênero é, é sempre relativo às relações construídas e nas quais o próprio gênero se constitui".⁴⁶

Desse modo, diferenças e semelhanças no discurso de homens e mulheres seriam, então, concebidos em termos de frequências, de limites sobrepostos, de contradições, e compreensíveis apenas em relação às estratégias lingüísticas que os interlocutores utilizam.

Para teorizarmos, portanto, a relação entre linguagem e gênero de forma mais interpretativa e contextualizada, devemos começar desvendando como as escolhas lingüísticas e práticas comunicativas situam os interlocutores em determinadas posições na trama das relações sociais, e como essas estruturas de relações sociais, por sua vez, delimitam ou moldam suas escolhas lingüísticas e práticas comunicativas. É importante examinar aqui ao que Kay Warren and Susan Bourque se referem como as "políticas da comunicação": uma análise das inter-relações entre interlocutor, discurso, e ação enquanto estas são influenciadas por estruturas de poder, enfatizando, por conseguinte, conceitos como processo, contexto e estruturas

meninos (hierárquicos e impessoais) e meninas (igualitárias e pessoais) mas, ao contrário, matiza com minúcia as maneiras pelas quais gênero, idade, raça, etnicidade, e contexto se imbricam mutuamente e estruturam o pequeno mundo que rodeia esse grupo de meninos e meninas.

⁴⁶ Judith Butler, *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, (New York: Routledge), (1990), p.10.

sociais.⁴⁷ Na busca desta linha de análise, somos capazes de desenredar as maneiras como as estruturas de gênero são formadas e transformadas em atos comunicativos.

Lana Rakow nos dá outra excelente ilustração dessa abordagem para o gênero e a linguagem. Em sua pesquisa etnográfica sobre as relações das mulheres com o telefone, ela articula as formas como a conversa ao telefone se configura tanto como um trabalho estereotipicamente associado ao gênero feminino (*gendered work*) quanto um "trabalho de gênero" (*gender work*). Isto é, trabalho que as mulheres fazem para manter a rede comunitária, construir e preservar relacionamentos, e levar a cabo importantes funções de dar e receber cuidados, enquanto, ao mesmo tempo, o seu uso do telefone parece confirmar as definições da comunidade quanto à afinidade natural das mulheres por papéis de quem cuida da família e da comunidade.⁴⁸

Finalmente, como foi argüido, porque gêneros também intersectam com outras identidades sociais (sexual, de classe, idade, nação, etnicidade), tornam-se um eixo crítico a partir do qual podemos mapear o polivalente terreno das relações entre subjetividade, linguagem (concebida no sentido mais amplo de práticas discursivas), organização social e poder, os quais, por sua vez, constituem o objeto de investigação das teorias pós-estruturalistas.⁴⁹

⁴⁷ Kay Warren & Susan Bourque, "Gender, power, and communication: women's responses to political muting in the Andes", IN S. Bourque & D. R. Divine (orgs), *Women Living Change*, (Philadelphia: Temple University Press), (1985), pp.255-86.

⁴⁸ Lana Rakow, op. cit., p.24.

⁴⁹ Ver Chris Weedon, *Feminist Practice & Post-Structuralist Theory*, (New York: Basil Blackwell), (1987).

Pós-Estruturalismo e Gênero: Repensando os (Teimosos) Dualismos

Os debates epistemológicos feministas sobre as relações de gênero estão longe de sua conclusão. Ao contrário, há sim grande reticência e suspeita por parte de muitas teóricas de se chegar a qualquer consenso no que concerne às questões acima tratadas, pois este significaria o término da conversação e o estabelecimento de outra grande e politicamente arriscada síntese.⁵⁰ Conforme já comentei no início de ensaio, a presente situação é parcialmente um reflexo dos debates em andamento entre modernismo e pós-modernismo, entre uma necessidade de prover fundamentos universais para o conhecimento, de impor ordem e estrutura ao mundo, e o reconhecimento da particularidade de todos os modos de pensamento.⁵¹

Tomando partido nessa conversação, algumas feministas⁵² defendem a desconstrução das ontologias de gênero através da negação da identidade, inclusive a identidade sexual rumo, a la Foucault, a uma "nova economia de corpos e prazeres".

Judith Butler, por exemplo, através de intrincada análise pós-estruturalista (que, entre outras coisas, põe ênfase na mediação dos tropos de discurso na re-presentação da "realidade", mantendo sempre uma "hermenêutica da suspeita" ante qualquer lógica binária), delineia, via Foucault, uma crítica genealógica do gênero, buscando desestabilizá-lo. Para essa autora, o gênero não é uma característica secundária - a marca da cultura - sobre algo mais fundamental - o sexo - conforme sugerido pelo conceito "sistema sexo/gênero".

⁵⁰ Ver Jane Flax, *Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism, & Postmodernism in the Contemporary West*, (Berkeley: University of California Press), (1990).

⁵¹ Ver Sandra Harding, "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista", *IN Revista Estudos Feministas*, 1(1), (1993), pp.7-32.

⁵² Judith Butler, op. cit., e algumas francesas, por exemplo, Monique Wittig.

Partindo da pressuposição de uma suposta dicotomia entre sexo/gênero, Butler argumenta que, se tomamos o gênero como o significado cultural que o corpo sexuado adquire, e se aceitamos que existem múltiplas interpretações para esse corpo sexuado de acordo com diferentes lógicas culturais (como as práticas antropológicas feministas já nos vem mostrando)⁵³, então podemos deduzir que entre sexos e gêneros se interpõe uma descontinuidade radical. Consequentemente, ainda que os sexos pareçam binários em sua morfologia, não há nenhuma razão para se concluir que os gêneros também devam ser somente dois.

*A crença em um sistema de gênero binário retêm de forma implícita a convicção de uma relação mimética entre o gênero e o sexo, onde o gênero espelha o sexo ou está, por outro lado, restringido a este.*⁵⁴

Butler nos alerta que com isso não pretende afirmar que qualquer configuração de gênero seja factível: as possibilidades de que outras "ficções de gênero" se materializem dependem, por um lado, dos limites que discursos culturais a nossa disposição traçam (os quais, na tradição Ocidental, ainda descansam sobre estruturas binárias), e, por outro lado, da nossa inventividade visionária (a partir de uma posição às margens desses discursos) para subverter tais linhas de demarcação através de estratégias de performance como, por exemplo, a paródia (drag queens e lésbicas "butch" e "femme").

Indo mais adiante em seu ímpeto desconstrutivista, Butler questiona a própria suposta facticidade pré-discursiva do sexo, argumentando que se o corpo só pode ser apreendido através de

⁵³ Por exemplo, ver o trabalho de Marilyn Strathern, *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*, (Berkeley: University of California Press), (1988).

⁵⁴ Judith Butler, op. cit., p.6.

significados culturais, o sexo, por definição, já teria sido gênero (a marca da cultura) desde o princípio. Toda essa *tour-de-force* filosófica de Butler culmina na formulação de uma teoria de gênero como performance. O gênero, despojado totalmente de qualquer ressonância interior, biológica, passa a ser o efeito, ao invés da causa, de nossas práticas ou performances, ao longo do cotidiano e através do domínio e da subversão paródica de idiomas culturais.

Vale dizer que essa versão pós-estruturalista do gênero tem influenciado recentes e audaciosos estudos sobre a constituição da(s) feminilidade(s) e masculinidade(s) como ficções fabricadas a partir das mais variadas práticas sociais e institucionais.⁵⁵

De outro lado do campo epistemológico, temos algumas feministas que, seguindo o modelo de ética comunicativa de Habermas, não reclamam o fim dos arranjos de gênero presentes mas, ao invés disso, defendem a possibilidade de um encontro moral e dialógico entre homens e mulheres onde cada parte reconheça a outra, a dignidade e o valor de cada um/uma (o outro generalizado), bem como as necessidades, emoções e afetos de cada parte (o outro concreto).⁵⁶ Enraizada nessa abordagem está uma crítica moral do ideal moderno (masculino) de autonomia que, por sua vez, é definido em termos de exclusão do outro. Como sustenta Benhabib,

"Somente se pudermos entender por que suas vozes têm sido silenciadas, e como os ideais dominantes de autonomia moral em nossa cultura, assim como a definição privilegiada da esfera moral, continua a

⁵⁵ Valerie Walkerdine , *Schoolgirl Fictions*, (New York: Verso), (1990); Chris Weedon, op.cit.; Frigga Haug , *Female Sexualization*, (London: Verso), (1987).

⁵⁶ Ver as contribuições em Seyla Benhabib & Drucilla Cornell, op. cit.; e Seyla Benhabib , *Situating the Self: Gender, Community, and Postmodernism in Contemporary Ethics*, (New York: Routledge), (1992).

silenciar as vozes das mulheres, teremos esperança de nos movermos para uma visão mais integrada de nós mesmos e de nossos pares humanos de forma tão generalizada quanto os outros 'concretos' ".⁵⁷

Apesar das diferenças cruciais entre as posições representadas pelas pós-estruturalistas e pelas pós-Marxistas no que diz respeito às análises das relações de gênero, pode-se dizer que uma linha comum as une nessa heterogeneidade (cacofonia até!) de vozes: A visão do "outro" não como limite, mas constituindo as premissas de nosso próprio ser.

Conclusão: A Conversa Continua

O que aponta como questão central nesses debates é a necessidade premente de se pensar mais criticamente sobre as categorias dualísticas (ex., sexo/gênero, natureza/cultura; objeto/sujeito) que se encontram comodamente alojadas no bojo de nossas teorias. Tentei mostrar, ao longo desse ensaio, que algumas reelaborações teóricas do gênero oferecidas, visando soltar-nos da matriz dualística que nos tem aprisionado até o momento, não estão totalmente livres de problemas. Metaforicamente falando, são verdadeiros leitos de Procusto: ou esticamos tanto as categorias teóricas para que elas alcancem o tamanho da mitológica cama de ferro, com a triste consequência de vê-las perder o fio da navalha política (como foi argüido a respeito das teorias psicológicas do gênero), ou se as reduz a tal ponto (seja à facticidade da biologia ou do discurso), que elas deixam de dar conta do recado. Nessa parte final do ensaio gostaria de discorrer um pouco mais sobre as tensões e ambivalências que permeiam as discussões pós-estruturalistas sobre as dicotomias do gênero.

⁵⁷ Seyla Benhabib, op. cit., p.95.

Susan Bordo, avaliando os argumentos utilizados por Butler em sua "terapia" genealógica, escreve que, na tentativa de livrar as ontologias de gênero de qualquer compromisso com o natural, Butler termina postulando um fundamentalismo lingüístico que transforma o corpo numa superfície textual onde discursos são grafados, incluindo os da própria autora.⁵⁸ Ainda mais, os significados desse "texto corpóreo" (isto é, como o gênero é constituído e subvertido) são lidos no contexto dos outros textos - nesse caso, dos debates puramente filosóficos, desprovidos de referências às experiências de sujeitos concretos e às práticas materiais, institucionais, e históricas que moldam o corpo, organizam socialmente as categorias do gênero, e possibilitam o (con)texto para a desestabilização destas. De acordo com Bordo,

"o mundo de Butler é um no qual a linguagem engole tudo, vorazmente, uma máquina de fazer massa teórica pela qual as categorias dos paradigmas rivais passam e são reprocessadas como 'tropos' ".⁵⁹

Por outro lado, não podemos nos abster de elaborar uma crítica inclemente às configurações simbólicas de qualquer tipo de prática, discursiva ou material. Como Donna Haraway coloca contententemente,

"necessitamos do poder das teorias críticas modernas para entendermos como significados e corpos são fabricados, não para negarmos esses significados e esses corpos, mas para construirmos significados e corpos que tenham mínima chance de sobrevivência".⁶⁰

⁵⁸ Susan Bordo, "Review essay: postmodern subjects, postmodern bodies", IN *Feminist Studies*, 18(1), (1992), pp.158-75.

⁵⁹ Susan Bordo, op. cit., p.170.

Há aqui a necessidade de buscar outras representações da diferença sexual que fujam à desgastada economia do masculino-feminino. Porque não elaborar a diferença em outros termos que não sejam os da diferença entre o homem e a mulher? E o que fazemos, como nos pergunta Teresa de Lauretis, da diferença das mulheres em relação à Mulher (esse poderoso significante da ordem simbólica Ocidental), e das diferenças entre mulheres?⁶¹ Essas são interrogações que apontam para a necessidade de, concomitantemente à tarefa pós-estruturalista da descentralização do sujeito, realizarmos também a descentralização do gênero como economia da diferença sexual. Diferenças são efeitos da mútua imbricação das várias categorias de identidade social (raça, classe, etnicidade, nação, etc.), as quais não podem ser agrupadas sob a égide da diferença sexual ou unicamente de gênero. Para Butler, ainda que sejamos mulheres, certamente não é tudo o que somos (ou que possamos vir a ser). Ver a complexa interseção (não simples adição) dos inúmeros eixos de diferenciação social, sem contudo assumir um fácil paralelismo entre eles, configura o momento mais crucial para a teorização feminista. Ainda que o gênero, como nos mostra de Lauretis, seja fundamental para a constituição de nossas subjetividades, ele simplesmente não existe no vácuo.⁶² A experiência de gênero está sempre já moldada, em menor ou maior escala, por outras experiências (como racismo, homofobia), desestabilizando então qualquer noção de identidade como coerente, unitária, e fixa.⁶³ A identidade (que jamais será

⁶⁰ Donna Haraway, "Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective", *IN Feminist Studies*, 14(3), (1988), p.580.

⁶¹ Teresa de Lauretis, "Feminist studies/critical studies: issues, terms, and contexts", *IN* Teresa de Lauretis (org), op. cit., pp.1-19.

⁶² Teresa de Lauretis, "Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness", *IN Feminist Studies*, 16(1), (1990), pp.115-50.

⁶³ Um ótimo exemplo de como as categorias tidas como estáveis do "self" e da identidade são, de fato, ficções forjadas a partir de exclusões, é o já canonizado ensaio autobiográfico de Minnie Bruce

unicamente de gênero, portanto o anacronismo dessa expressão), se transforma em um "locus de posições múltiplas e variáveis, existentes no campo social e possibilitadas por processos históricos (...) e organizadas através de discursos e práticas que podem ser, e muitas vezes são, mutuamente contraditórias".⁶⁴

Em última instância, tal postura implica numa desafiliação da teoria feminista de qualquer política da identidade. Significa, enfim, abandonar o porto seguro do familiar (geralmente forjado a ferro e fogo e a custo de uma simultaneidade de opressões, exclusões) e buscar outros abrigos menos familiares e sempre temporários. Significa, na condição de "sujeitos excêntricos"⁶⁵, operando dentro e fora das tradições e comunidades, nos tornarmos "viajantes do mundo"⁶⁶, fragmentados por fronteiras (geográficas, sexuais, econômicas), as quais estaremos constantemente, voluntária e involuntariamente, cruzando⁶⁷ e articulando incessantemente "novas tecnologias de

Pratt, "Identity: skin blood heart", IN Elly Bulkin, Minnie Bruce Pratt, & Barbara Smith (orgs), *Yours in Struggle: Three Feminist Perspectives on Anti-Semitism and Racism*, (New York: Long Haul Press), (1984). De acordo com incisiva leitura deste feita por Biddy Martin & Chandra Mohanty, "Feminist Politics: what's home got to do with it?", IN Teresa de Lauretis (org), (1986), op.cit., Pratt, narrando sua trajetória de vida, vai desconstruindo concepções unitárias de raça, comunidade, e residência que, por sua vez, foram constitutivas de sua própria identidade de judia norte-americana, heterossexual, e de classe média. Partindo do âmbito do pessoal, sem porém aí permanecer, na medida em que a autora abandona sua confortável residência e seu casamento, e se torna lésbica, o texto vai tecendo complexa relação entre essas categorias sociais e os privilégios e exclusões que as mantêm (seu lesbianismo sendo não só produto de uma experiência pessoal, mas também de motivação política). A autobiografia de Pratt, nas palavras de de Lauretis, op. cit., nos mostra que a identidade é constituída pela "marginalização das diferenças que existem tanto dentro quanto fora dos limites traçados ao redor de qualquer noção unitária de "self", residência, raça, e comunidade" (p.135).

⁶⁴ Teresa de Lauretis (1990), op. cit., p.137.

⁶⁵ Teresa de Lauretis (1990), op. cit.

⁶⁶ Maria Lugones, "Playfulness, 'world'-travelling, and loving perception", IN *Hypatia*, 2 (Summer), (1987), pp.3-20.

⁶⁷ Ver, por exemplo, Gloria Anzaldúa, *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, (San Francisco: Aunt Lute Books) (1987).

visualização".⁶⁸ Aqui qualquer dualismo implode e nos abre espaço (ainda que em terreno necessariamente movediço) para uma redefinição tanto dos termos das teorias feministas quanto da realidade social, desde um ponto de vista tanto intrínseco quanto extrínseco às determinações de ambos.⁶⁹ Significa, nas palavras de Cherríe Moraga, "teorizar na carne".

Donna Haraway, fazendo uma crítica ao objetivismo científico através da metáfora da visão fragmentada e da confusão de vozes (visões cacófonas e vozes visionárias), produto de uma racionalidade situada e parcial, nos pede que imaginemos outro cenário. Um onde não houvessem dicotomias entre sujeito e objeto, e onde o objeto do conhecimento não mais seria algo passivo e inerte a ser apreendido, seja pela produção discursiva, seja pela construção social. A natureza, aqui, não mais seria matéria-prima da cultura (ou do gênero). Nesse cenário - e fazendo uma analogia aos poemas, que tecem significados independentemente da intenção dos autores - os objetos do conhecimento seriam vistos como sujeitos (atores materiais-semióticos) também capazes de ação. A concepção do mundo como um ator engenhoso (tão já presente nas mitologias indígenas; por exemplo, na figura do coyote), recoloca em novo plano os termos dos debates feministas nas várias áreas disciplinares (inclusive nas ditas ciências "exatas"). Mostra, entre outras coisas, que "não estamos em controle do mundo. Somente vivemos aqui e tentamos ter conversas não inocentes com ele através de nossas próteses, incluindo nossas tecnologias visuais".⁷⁰

Finalmente, nesse cenário o sexo seria apenas um nóculo material-semiótico que emerge e se delinea a partir da interseção de práticas sociais diversas (incluindo o discurso biológico).

⁶⁸ Donna Haraway (1988), op. cit.

⁶⁹ Teresa de Lauretis (1990), op. cit.

⁷⁰ Donna Haraway (1988), op. cit., p.594.

Revisualizar esse mundo como "coyote" nos permitiria, entre outras coisas, alterar a política biológica do corpo, repensar de forma mais imaginativa as relações entre sexo e gênero (sem reduzir um ao outro, nem tampouco dicotomizá-los entre os opostos passivo/ativo) e, mais importante, nos obrigaria a dialogar, em vez de monologar, com esse mundo.

Posfácio

Após sucessivos esboços e repetidas leituras desse ensaio até chegar a sua versão final (que, afinal, é sempre provisória), pude então, pela primeira vez, vê-lo em sua totalidade. Percebi que há nele uma certa estrutura, delineada de forma quase inconsciente, que é resultado da minha própria trajetória pelos debates feministas sobre gênero e linguagem. Gostaria de explicitar, a seguir, os dois momentos cruciais dessas discussões.

Quando se reconheceu que a discriminação e opressão numa sociedade se deviam não somente a determinantes sociais e políticos, mas também àqueles lingüísticos (à produção de significados), as feministas anglo-americanas se voltaram para a análise da relação entre gênero e linguagem. Estavam interessadas em determinar, através de estudos empíricos, se poderiam realmente encontrar diferenças entre as falas dos homens e das mulheres e relacioná-las à distribuição desigual do poder entre estes. Como vimos, esses estudos não foram muito adiante, e tampouco revelaram a existência de uma linguagem específica das mulheres. Não havia nada inerente ao signo ou palavra que pudesse ser construído como sexista. Descobriu-se, ao contrário, que o sexismo não residia no signo, mas era uma questão da luta pelo poder que constituía o contexto de qualquer enunciação, e que orientava as diferentes interpretações das falas de homens e mulheres. Como nos conta Alice Jardine, nessa

tradição anglófona de pesquisa, concebia-se a linguagem como existindo externamente ao gênero.⁷¹

A crescente exportação para os Estados Unidos das teorias pós-estruturalistas francesas sobre a linguagem e sobre o sujeito da enunciação marca o segundo momento nessa linha de pesquisa. Para as francesas,

"a 'realidade', a 'identidade' e o 'significado' não são algo natural, que estejam já dados, e que possam ser enumerados e analisados, mas, ao contrário, são lógicas produzidas através da linguagem enquanto ela constrói e desconstroi representações".⁷²

Aqui o gênero e a linguagem existem internamente um ao outro. A linguagem passa a ser constitutiva da subjetividade, e os esforços voltam-se para a elaboração de teorias do sujeito, inclusive do(s) sujeito(s) do(s) feminismo(s): do sujeito pós-colonial⁷³, do sujeito excêntrico⁷⁴, do sujeito Inapropriado/Outro ("Inappropriate(d)/Other")⁷⁵, do Cyborg⁷⁶, e da Nova Mestiça⁷⁷, entre outros. Esses sujeitos - longe de serem entidades abstratas - emergem de diferentes especificidades discursivas e diferentes conjunturas históricas, materiais, e libidinais, e fazem

⁷¹ Alice Jardine, *Gynesis: Configurations of Woman and Modernity*, (Ithaca: Cornell University Press), (1985).

⁷² Alice Jardine, op. cit., p.44.

⁷³ Gayatri C. Spivak, *The Post-Colonial Critic: Interview, Strategies, Dialogues*, Sarah Harasym (org) (New York: Routledge), (1990).

⁷⁴ Teresa de Lauretis (1990), op. cit.

⁷⁵ Trinh Minh-ha, *Woman, Native, Other*, (Bloomington: Indiana University Press), (1989).

⁷⁶ Donna Haraway (1989), op. cit.

⁷⁷ Gloria Anzaldúa, op. cit.

com que as teorias feministas se confrontem constantemente umas às outras. Só assim podemos evitar que o feminismo se torne outro projeto colonizador e as feministas se transformem em teólogas da mulher. Como nos alerta Jardine,

"(...) as feministas devem ser cuidadosas para não falarem pelas mulheres, para não se tornarem teólogas da mulher. E isso não implica nem evitar a teoria, nem abraçá-la, mas jogá-la contra si mesma, colocando um novo e violento pensamento onde o antigo titubeia, e criando novas ficções. Essas ficções não devem, por outro lado, ser o produto já determinado de um modelo excludente, ficções baseadas somente naquilo que foi excluído do império.(...) Reconhecer as formas pelas quais nos cercamos com nossas ficções é um passo em direção à elaboração de novos modos de pensar sobre a organização da diferença sexual, fundamentada numa realidade cultural e política sem, contudo, postular essa realidade - homem ou mulher, por exemplo - como de alguma forma existindo previamente a nossos pensamentos e ficções".⁷⁸

O LEITO DE PROCUSTO: Gênero, Linguagem e as Teorias Feministas

Resumo:

Nesse trabalho, a autora discorre sobre o subtexto de gênero presente em boa parte da tradição de pesquisa no campo da linguagem e gênero, tentando mostrar como as mudanças que estão ocorrendo na conceitualizações de gênero (principalmente naquelas vertentes pós-estruturalistas) vem

⁷⁸ Alice Jardine, op. cit., p.46-7.

influenciando de maneiras distintas e significativas os paradigmas para a interpretação tanto das práticas sociais quanto dos discursos culturais. A autora conclui discutindo algumas implicações da análise precedente, não somente para as pesquisas nas ciências sociais, mas também para os estudos feministas, alertando para as vicissitudes dicotômicas que, de maneira insidiosa, e até a despeito de nós mesmas, tem orientado nossas indagações ontológicas e epistemológicas, fazendo-nos, metaforicamente, vítimas de Procusto: ou esticamos tanto as categorias teóricas para que elas alcancem o tamanho da mitológica cama de ferro (com a triste consequência de vê-las perder o fio da navalha política), ou as reduzimos a tal ponto (seja à facticidade da biologia ou do discurso), que elas deixam de dar conta do recado.

**PROCUST'S BED:
Gender, language and feminist theory**

Abstract:

In this text the author deals with the notion of gender which is present in many works in the research tradition in the field of language and gender. She seeks to show how the changes that are going on in the concepts of gender (especially in post-structuralist perspectives) are significantly and distinctly influential for the paradigms of interpretation of both social praxis and cultural discourse. In the end she discusses some consequences of this analysis, both for research in the social sciences and for feminist studies. She calls attention to the problematic dichotomies that, in an insidious way and despite ourselves, shape our ontologic and epistemologic questions, making us, metaphorically, victims of Procust: either we stretch theoretical categories to make them fit the mythological iron bed (with the sad result of making them lose their political razor's edge), or we simplify them (to biological or discursive facticity) and they become useless.